

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA****PORTARIA Nº 395/2019**

Aprova, *ad referendum* do Plenário do Confea, o Plano de Trabalho referente ao convênio da linha de crédito aprovada pela Decisão Plenária nº PL 1125/2019, a ser firmado entre o Confea e o Crea-PA.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA)**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento do Confea, aprovado pela Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006 e,

Considerando que, por intermédio do Ofício nº 034/2019, de 9 de agosto de 2019, o Crea-PA apresentou proposta de parceria para reforma das duas edificações que integram a sede do Regional;

Considerando que o Crea-PA justifica seu pleito informando informando que sua sede é composta de duas edificações que totalizam 3.381m<sup>2</sup> de área construída, e que tenciona que a reforma abranja aproximadamente 50% dessa área, com fito de integrar, readequar e modernizar as instalações e proporcionar um ambiente mais adequado aos usuários, inclusive com respeito às normas de acessibilidade;

Considerando que, por esse motivo, o Regional informa que necessita de apoio financeiro para contratação de projetos executivos e da execução da obra;

Considerando que a proposta em questão envolve o valor de R\$ 2.938.782,19 (dois milhões, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos), sendo R\$ 2.300.000,00, (dois milhões e trezentos mil reais) a ser repassado pelo Confea e R\$ 638.782,19, (seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos) como contrapartida do Regional;

Considerando a nota de pré-empenho constante dos autos conforme documento SEI 0241190;

Considerando que o processo foi encaminhado ao Grupo Técnico instituído pela Portaria AD nº 278/2019 (doc. 0261537), o qual tem competência para promover a análise técnica de todos os processos oriundos da Decisão PL-1125/2019;

Considerando que o Grupo Técnico fez a análise da compatibilidade dos custos do projeto apresentado, através da planilha orçamentária, bem como do prazo de execução do projeto, estabelecido em 30 meses, não tendo havido objeção da área técnica de engenharia;

Considerando que, em sua análise, o Grupo Técnico emitiu o Parecer GTPOE nº 64/2019 (doc. 0271891), manifestando-se pela aprovação da proposta de parceria encaminhada pelo Regional além da necessidade de observância, pelo Regional, dos normativos que versam sobre o assunto bem

como pela necessidade de estabelecer o prazo de 30 dias para encaminhamento do Termo de Referência relativo à contratação dos projetos executivos;

Considerando que o plano de trabalho apresentado foi analisado pela Gerência do Desenvolvimento Institucional – GDI, quanto às exigências da Decisão Plenária PL-1125/2019, bem como quanto a outros normativos pertinentes, levando-se em conta a importância do projeto, objetivo geral e específico, meta e etapas além da capacidade técnica e gerencial do proponente;

Considerando que foi verificado pela análise da GDI que o Plano de Trabalho apresentado encontra amparo na Decisão PL-1125/2019 e no Manual de Convênios do Confea aprovado pela Portaria AD – nº 104 de 26 de abril de 2017;

Considerando que a GDI analisou o assunto por intermédio do Parecer 167/2019-GDI (doc. 0272169), concluindo pela adequação do Plano de Trabalho apresentado pelo proponente, apontando a necessidade de verificação da adimplência do Regional quando da assinatura do convênio e do repasse dos valores conveniados, além da necessidade de apresentação do Termo de Referência para a realização do processo licitatório atinente à contratação da empresa responsável pela elaboração dos projetos executivos além da necessidade de apresentação, pelo Regional, da disponibilidade orçamentária;

Considerando que a GDI encaminhou o assunto à CCSS para análise e deliberação, por intermédio do Despacho GDI, documento SEI nº 0272274, enfatizando que o caso concreto do presente processo se amolda ao Parecer Referencial da Procuradoria Jurídica (doc. 0259118);

Considerando que a GDI enfatizou ainda a necessidade de acompanhamento do convênio por parte do Confea, por meio da Gerência Regional competente em conjunto com os membros do Grupo Técnico instituído para análise dos processos;

Considerando que a CCSS aprovou a solicitação do Crea-PA por intermédio da Deliberação nº 294/2019;

Considerando que a próxima Sessão Plenária só acontecerá em 27 de novembro de 2019 o que poderá retardar o início da execução do plano de trabalho pelo Regional; e

Considerando que o art. 55, inciso XVIII, do Regimento do Confea estabelece que, compete ao Presidente do Confea, resolver casos de urgência *ad referendum* do Plenário,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar, *ad referendum* do Plenário do Confea, o Plano de Trabalho apresentado pelo Crea-PA, relativo a auxílio financeiro disciplinado pela Decisão Plenária nº PL-1125/2019, no valor total de R\$ 2.938.782,19 (dois milhões, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos), sendo R\$ 2.300.000,00, (dois milhões e trezentos mil reais) a ser repassado pelo Confea e R\$ 638.782,19, (seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos) como contrapartida do Regional para contratação de projetos executivos e da execução da obra.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do instrumento de convênio, para encaminhamento do Termo de Referência para a realização do processo licitatório atinente à contratação da empresa responsável pela elaboração dos projetos executivos, ficando toda e qualquer liberação condicionada ao aceite do documento pelo Confea.

Art. 3º Determinar ao Crea-PA que apresente a disponibilidade orçamentária de R\$ 638.782,19 (seiscentos e trinta e oito mil setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos), do orçamento de 2020, referentes às despesas que serão custeadas com recursos daquele exercício, tão logo seja possível a sua emissão, a partir de 2 de janeiro daquele ano, ficando a liberação da primeira parcela condicionada ao encaminhamento de tal documento ao Confea.

Art. 4º Determinar que, para liberação do recurso, para a liberação do recurso deverá ser observado também a ocorrência do depósito da contrapartida na conta específica do convênio, bem como a regularidade da execução do plano de trabalho de no mínimo 70% para as parcelas subsequentes à primeira.

Art. 5º Determinar ao Crea-PA a estrita observância aos ditames da Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993 e da Portaria Interministerial MPM/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no que couber, bem como dos normativos do Confea atinentes à matéria.

Art. 6º Observar quando da assinatura do convênio, bem como do repasse dos valores conveniados, a adimplência do Regional.

Art. 7º Determinar que a despesa seja apropriada na Conta 6.2.2.1.1.02.04.01.001 - Transferências de Capital, no Centro de Custo 4.01.01.04 - SIS.

Art. 8º Determinar que, no âmbito do Confea, o acompanhamento da execução do convênio seja feito pela Gerência Regional competente em conjunto com os membros do Grupo Técnico instituído para análise dos processos, realizando visita *in loco*, se necessário e elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento que deverão ser anexados ao processo.

Art. 9º Submeter o assunto para apreciação na próxima Sessão Plenária Ordinária do Confea.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 11 Dê-se ciência e cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **João de Carvalho Leite Neto, Chefe da Subprocuradoria Consultiva**, em 21/11/2019, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joel Krüger, Presidente**, em 21/11/2019, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.confea.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0272457** e o código CRC **FA8BC015**.